
Profissionalismo político e participação política militar em Portugal

Military professionalism and military political participation in Portugal

Maria de Lurdes Fonseca¹

Resumo: O processo de profissionalização militar possui uma dimensão política que tem sido essencialmente interpretada como o caminho através do qual as Forças Armadas se passam a abster paulatinamente do envolvimento político à medida que encarnam o modelo e a ideologia do profissionalismo. Trata-se de uma questão de natureza (mas não exclusiva) cunho quantitativo, que implica a análise tanto da participação como da ingerência, isto é, tanto de envolvimento político onde ocorre como onde não ocorre a observância das regras dos regimes políticos vigentes. Este estudo analisa a dimensão quantitativa da profissionalização política militar portuguesa centrando-se na participação. Nele visou-se pela

1 Doutora em Sociologia, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa – ISCSP-UTL, Coordenadora técnica e de projetos do Centro de Estudos de Sociologia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa – CES/ISCSP, investigadora do CES-ISCSP e do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP).

primeira vez quantificar o fenómeno num alargado período histórico (1834-2011) recorrendo a análise documental, bem como determinar onde se inicia a tendência regressiva da participação. Os resultados mostram que a evolução da participação política militar é próxima da curva normal e situam o ponto de inflexão em 1919, no pós-I Guerra Mundial. Não obstante esta cronologia suporte a conceptualização clássica que prevê ser imediatamente consequente às profissionalizações técnica e social, a profissionalização política, o comportamento especial da participação política militar aquando das Guerras Mundiais e das mudanças não pacíficas de regime político aponta a necessidade de uma teoria clássica modificada.

Palavras-chave: Profissionalização. Profissionalismo. Forças Armadas. Exército. Portugal.

Abstract: The political dimension of the military professionalization process has primarily been interpreted as the path through which the military gradually abstains from political involvement as it embodies the model and the ideology of professionalism. It is a matter of undisputed (but not exclusive) quantitative nature, requiring the analysis of both participation and interference, that is, of political involvement that do or do not comply with the rules of the political regime in force. This study analyzes the quantitative dimension of the Portuguese political military professionalization focusing on participation. It aimed for the first time to quantify the phenomenon in a broad historical period (1834-2011) using documentary analysis, as well as to determine when did start the downward trend in military's political participation. The results show that the evolution of military participation in politics is close to the normal curve and place the inflection point in 1919, in the post-World War I. Despite the

fact that this chronology supports the classical theory which anticipates that political professionalism is immediately subsequent to technical and social professionalisms, the particular behaviour of military political participation during the World Wars and non-pacific changes of political regime suggest the need for a modified classical theory.

Keywords: Professionalization. Professionalism. Armed Forces. Army. Portugal.

1. Profissionalismo militar e profissionalismo político militar

Falar em profissionalismo é antes de mais falar de um modelo teórico, isto é, de um construto sociológico que procura captar a identidade de uma forma particular da organização social do trabalho que surgiu no Ocidente como consequência das mudanças sociais, económicas, políticas e tecnológicas que caracterizaram os séculos XVIII e XIX, que se tornou dominante no século XX e que, embora competindo de forma cada vez mais aguerrida com novos modelos sociolaborais em emergência,² é ainda o modelo pelo qual, maioritariamente, as especializações do trabalho humano se valorizam e se modelam. Podemos concretizar esse modelo num conjunto sintetizado de traços que, consoante estejam ou não em presença, ditarão a eventual qualidade profissional de uma ocupação: a posse de uma competência especializada de cariz teórico-prático atestada através de um programa formal de formação superior; a detenção de um estatuto social privilegiado e de um nível de vida pelo menos médio alto, decorrentes do exercício dessa competência; o garante de uma jurisdição exclusiva sobre o exercício da ati-

2 FREIDSON, 2001.

vidade, atribuída e protegida legalmente; o referencial a um código de ética próprio, de orientação altruísta, que valoriza a qualidade sobre o lucro; e a edificação de uma comunidade profissional efetiva, agente de controlo social e zeladora do interesse corporativo.³ Dizer profissionalismo é pois dizer, essencialmente, processo de modelização sociolaboral de cariz técnico e social. Já dizer profissionalização, não é mais que referir o profissionalismo dinamizado, isto é, o processo através do qual uma ocupação não organizada em torno do modelo profissional, o abraça e o encarna, paulatinamente, através da progressiva aquisição dos seus traços.

Na teoria sociológica geral do profissionalismo, o Estado surge apenas de modo subsidiário, ao assumir os papéis externos e pontuais de licenciador, de controlador, de regulamentador, de facilitador e, ocasionalmente, também o de empregador. De facto, pouco sentido fez à sociologia analisar uma dimensão política do profissionalismo porque pouco a qualidade política ocupacional tendeu a significativamente contender com a qualidade técnica e social das ocupações e, conseqüentemente, com a mecânica interpretada no processo profissionalizador. E nos casos em que assim não é, infelizmente também assim tendeu a ser, isto é, mesmo no caso das ocupações onde há uma qualidade política essencial da especificidade técnica e social ocupacional, pouco se fez geralmente em torno da construção de uma teoria sistemática das dimensões políticas do profissionalismo, desde logo por falta de enquadramento teórico comparativo. Ora, este é desde logo o caso da ocupação militar, cuja competência é política em natureza e que mantém uma relação com o Estado bem mais ampla e significativa que a que caracteriza

3 Simplificação dos tipos-ideais de profissionalismo (eles próprios sínteses simplificadas) de CHAPOULIE, 1973, pp. 86-114 e de FREIDSON, 2001, p. 127.

as ocupações em geral, desde logo porque o próprio Estado dela faz derivar o garante último da sua autonomia.

Falar em profissionais militares é falar da reconfiguração da cúpula permanente da instituição militar (dos oficiais “de carreira”), que ocorreu essencialmente no século XIX por herança da sedimentação dos ideais democráticos, da emergência do Estado-Nação, da aplicação do princípio da especialização funcional e da divisão do trabalho, da sedimentação do recrutamento universal da “nação em armas”, do desenvolvimento do ensino superior especializado militar e da massificação e complexificação tecnológica (industriais) do armamento, da comunicação e do transporte. Nessa sequência, emergiu uma nova qualidade de oficial dito profissional, pois caracterizado por possuir uma graduação superior atribuída por escolas especializadas (as Academias Militares) e que se tornou por isso um especialista diplomado na gestão e aplicação da violência,⁴ tendo passado a partilhar com os seus pares um código de ética operacionalizado e inculcado na Academia, a acessar através de uma socialização originalmente acadêmica uma comunidade profissional coesa, auto-regulada e autocontrolada e a praticar a sua adquirida *expertise* em Instituições Militares detidas e regidas por um Estado administrativamente em modernização que, em sentido especialmente forte, passou a conceder jurisdição exclusiva e níveis crescentes de autonomia sobre a prática, em troca de serviços especializados de profissionais que se passam a caracterizar por uma orientação institucionalmente centrípeta, por um *ethos* traçado no molde do tecnicismo e por uma interpretação do ideal de serviço ao cliente (único, estatal) marcada pela neutralidade político-ideológica e pela dissociação do processo político.⁵

4 LASSWELL, 1941, pp. 455-468.

5 FONSECA, 2008, pp. 60-72.

A profissionalização militar concretiza-se assim, simplificada, num processo de profissionalização técnica e social, é certo, mas também num processo de mudança política, podendo-se, pois, falar na operacionalização da profissionalização militar, de uma profissionalização técnica, de uma social e de uma política que, não obstante intimamente interrelacionadas e mutuamente pressupostas, retêm um grau relevante de independência.

No caso da profissionalização militar, falamos em profissionalização técnica quando abordamos a dinâmica concretizada em torno de três essenciais sentidos de mudança nas Instituições Militares contemporâneas: a crescente valorização da formação técnica superior especializada que progressivamente se estandardiza como condição essencial de acesso à ocupação; a tendência para conteúdos funcionais organizacionais onde se sobrevaloriza a *expertise* técnica, organizacional e gestonária; e a substituição progressiva dos perfis de militar aristocrata, herói e político pelos de cientista, técnico, profissional, gestor, burocrata e educador. No caso da profissionalização militar de cariz social, tratamos de quatro sentidos de mudança essenciais: a tendência regressiva da presença aristocrática no corpo de oficiais, compensada pelo incremento dos recrutamentos nas classes baixas e médias; a institucionalização gradual e a uniformização legal dos percursos de carreira profissional, passando o acesso ao oficialato a depender em regra da detenção de diploma especializado e a progressão a fazer-se por observância aos critérios do mérito e da antiguidade que se sobrepoem aos classistas; a crescente promoção socioeconómica do oficialato que passa a aceder progressivamente um nível retributivo médio alto, equivalente ou superior às carreiras comparáveis do alto funcionalismo público; e a substituição das identificações predominantes dos indivíduos do nível subocupacional (a arma e o serviço) para o nível ocupacional

(o ramo ou a profissão). Por fim, ao nível dos aspetos políticos da profissionalização militar, podemos identificar dois processos de mudança essenciais: a afirmação de um *ethos* que passou a contrapor cada vez mais os militares profissionais a inimigos externos (pela instrumentalização aceite a favor do Estado-Nação) e que eliminou tendencialmente o combate a inimigos regionais e a aplicação da força sobre os cidadãos; e a aceitação e a valorização da subordinação face ao Estado acompanhada pela elaboração ética da condenação do envolvimento militar no processo político que conduziu à cada vez maior residualidade do envolvimento político militar e mesmo à tendência para o seu desaparecimento.

De facto, a profissionalização militar tem, sob o ponto de vista da variável política, sido vista essencialmente como sinónimo de afastamento dos militares da política e, mesmo, como progressiva esterilização ideológica militar.⁶ Esse afastamento, mais que resultante de uma decisão consciente, foi interpretado em Sociologia Militar como consequência estrutural do próprio racional profissional e, portanto, uma inevitabilidade em Forças Armadas crescentemente moldadas pelas dimensões técnica e social do modelo socio-laboral profissional. Nessas elaborações iniciais, clássicas, interpretou-se a profissionalização política militar, no âmbito do que foi a discussão das relações civil-militares e do militarismo no pós-II Guerra Mundial, partindo-se no essencial dos seguintes pressupostos: 1) o profissionalismo militar é incompatível com o envolvimento político dos militares; 2) os avanços do profissionalismo em termos técnicos e sociais conduzirão naturalmente ao afastar progressivo dos militares profissionais da política; 3) o grau de envolvimento

6 Cf., entre outros, HUNTINGTON, 1998 (reimpressão do original de 1957), JANOWITZ, 1964 (reimpressão do original, 1960) e FEAVER, 1996, pp. 149-178.

político de um Exército é essencialmente função do seu grau de profissionalismo.

O elemento político levantou, contudo, problemas mais relevantes à confirmação empírica do modelo clássico da profissionalização militar que os elementos técnicos e sociais levantaram, o que conduziu à necessidade de elaborações suas mais complexas. É que nas democracias ocidentais, de facto, o perfil de militar político tendeu a resistir durante largos períodos de tempo aos avanços do perfil de militar técnico, ou a ressurgir de modo pontual ou recorrente, o que levou a que se questionasse a relação de causa-efeito entre a profissionalização técnica e social e a profissionalização política e, nalguns casos, se reinterpretesse o modelo da profissionalização passando a vê-lo como bom apenas para as dimensões técnicas e sociais da ocupação.

Sugeriu-se, pois, que seriam antes variáveis militares, sociais, sociopolíticas, ideológicas e psicossociológicas tais como o rácio de participação militar, o aumento do oficialato médio e superior, o nível de armamento, o prestígio social gozado pela ocupação, o posicionamento geoestratégico da nação, a instabilidade política doméstica, a crença no princípio da supremacia civil ou a auto-imagem do profissional, os melhores preditores da intervenção e participação dos militares profissionais na vida política.⁷ A revisão do modelo clássico da profissionalização permitiu, não obstante, que se aceitasse que os avanços da profissionalização técnica e social da ocupação militar, apoiados pela ética profissional, constrangeriam a qualidade política dos oficiais no sentido da sua subordinação e contenção, favorecendo o afastamento dos militares profissionais da política. Acrescentou, contudo,

7 Para uma síntese destas interpretações, veja-se LANG, 1972. Com especial influência nesta reformulação, leia-se a interpretação de FINER, 1971 e PERLMUTTER, 1977.

que quando em presença, outros factores momentaneamente mais poderosos e favorecedores da tendência inversa, poderiam fazer desequilibrar essa linha evolutiva durante o período em que fossem mais influentes que o profissionalismo. Caminhou-se, pois, no sentido de um modelo mais complexo a que chamamos de “clássico modificado” sustentado nos seguintes pressupostos: 1) o profissionalismo militar não é necessariamente incompatível com o envolvimento político dos militares; 2) os avanços do profissionalismo em termos técnicos e sociais tendem a propiciar o afastamento progressivo dos militares profissionais da política, mas não o asseguram, dado poderem existir factores contraditórios, contextualmente mais poderosos, que invalidem a tendência; 3) o grau de envolvimento político de um Exército é função do seu grau de profissionalismo, mas também de factores ideológicos, políticos, geoestratégicos e sociais – é o jogo momentâneo desses factores o melhor preditor do envolvimento político militar.

2. O modelo de abordagem, a investigação do caso português e as opções metodológicas

Na discussão da compatibilização do modelo profissional com a ação política dos militares e na possibilidade da transição de um modelo de profissionalização política militar clássico para um modelo clássico modificado, emergem questões teóricas essenciais, tanto clássicas quanto operativas: 1) é possível dissociar a atividade militar da sua qualidade política?; 2) existe uma relação natural e necessária de causa-efeito entre a consolidação dos traços técnicos e sociais do profissionalismo e o afastamento dos militares da política?; 3) haverá formas de envolvimento político militar congruentes com o profissionalismo?

Quanto à forma de se tratar a especificidade política dos militares, a questão é saber-se se não será irrealista procurar extirpar a ocupação militar, sob a égide do profissionalismo, de um aspeto seu constitutivo e de que seria indissociável. Ora, por definição, o monopólio dos meios legítimos de coerção que define a atividade militar gera poder ao constituir-se no último garante do exercício do poder político, bem como, numa forma poderosa de assegurar a sua aquisição e manutenção. Parece, pois, que mesmo que se lograsse “adormecer” ou “domesticar” o uso da competência política do militar por via do ideário profissional e do progressivo enraizamento do seu código de ética, erradicá-lo seria uma impossibilidade, dado encontrar-se a possibilidade de gerar poder político no âmago do próprio objeto da ocupação. Aceitar-se essa impossibilidade permitiria conviver com vários tipos de efeitos teóricos: efeitos ligeiros a nulos, efeitos radicais e efeitos de compromisso. Os efeitos ligeiros a nulos causariam pouco ou nenhum impacto no modelo clássico da profissionalização militar, dado concretizarem-se na aceitação da incapacidade de erradicação da qualidade política dos militares, mas na crença da sua possível “domesticação” absoluta pelos pressupostos do profissionalismo e pelo controlo social exercido pela comunidade profissional. Os efeitos radicais encontrar-se-iam no extremo oposto, implicando fazer sem mais eliminar a incompatibilidade da ação política militar com a profissionalização, passando-se a aceitar poder conviver com o modelo profissional qualquer tipo de ação política. Na definição de profissionalismo militar passariam, pois, apenas a jogar-se fatores técnicos e sociais. Os efeitos de compromisso implicariam que, incapaz de eliminar a qualidade política da ocupação militar e de a controlar completamente, a profissionalização apenas a modificasse, fazendo subordinar crescentemente (mas nunca de forma plena) a ação política militar às práticas e valores sociais do

profissionalismo, pressuposto que convive especialmente bem com o modelo clássico modificado.

Quanto à existência de uma relação de causa-efeito entre a consolidação dos traços técnicos e sociais do profissionalismo e o afastamento dos militares da política, é lógico pensar-se que se tal relação existe, o desenvolvimento dos aspectos técnicos e sociais do profissionalismo seria anterior ao dos políticos, e que a profissionalização política militar mostraria os seus indícios e se encarreiraria para a consolidação, no momento seguinte à realização do profissionalismo técnico e do profissionalismo social militares. Se assim for, pode-se aproximar estatisticamente a questão com alguma facilidade, fazendo contrapor o desenvolvimento longitudinal da consolidação técnica e social do profissionalismo à diminuição progressiva do número de militares envolvidos no processo político, começando-se por rigorosamente datar essas aquisições, por forma a entender se existe uma notória sequência.

Por fim, sobre a possibilidade de, no âmbito do modelo clássico, se questionar se todo o envolvimento político militar é incompatível com a profissionalização, interessa analisar se, por exemplo, um militar que conduza uma carreira parlamentar exclusivamente em defesa de interesses corporativos da ocupação, ou um ministro que desenvolva as suas funções totalmente orientadas para a aplicação da sua *expertise* técnica, deverá ou não ser tido como de acordo com o modelo profissional, não obstante assuma cargos políticos. Note-se que não se trata aqui de questionar se o envolvimento na política implicaria não profissionalismo quando estivéssemos em presença de todos os restantes traços consolidados, problema relacionado com a primeira questão colocada, mas se trata antes de saber como se entende a participação política como extensão do exercício de funções militares profissionais ao invés de exercício do seu potencial político.

Na sequência destas três questões, o modelo de abordagem que este estudo assume para a análise do caso português pressupõe que estudar a profissionalização política militar implica que se analise a evolução do envolvimento político militar tanto em sentido quantitativo como qualitativo, percebendo: 1) (dimensão quantitativa) se é possível, pelo menos na aparência imediata (pois pode sempre advogar-se a existência de uma potência “adormecida”), eliminar por completo o envolvimento político militar (tanto a participação, entendida como o envolvimento dos militares no processo político através da assunção de cargos políticos executivos, isto é, respeitando as regras vigentes da ação política, como a intervenção ou ingerência, entendida como a aplicação da força armada contra o regime político e o poder concreto em funções, em desrespeito às regras do processo político em vigor); 2) (dimensão quantitativa) se é possível mostrar que os indícios do profissionalismo político (entendidos como a regressão estável do envolvimento político militar) cronologicamente se sucedem à consolidação dos profissionalismos técnicos e sociais; 3) (dimensão qualitativa) se militares de cunho profissional e não profissional (distinguidos pela conclusão de formação superior militar) diferem substantivamente no seu padrão de envolvimento político militar e se é possível falar de papéis políticos ativos militares compatíveis com o profissionalismo porque entendidos como normal extensão da aplicação da sua *expertise* técnica.

O presente artigo foca-se exclusivamente no tratamento da primeira questão; da segunda, apenas no que à participação política militar respeita; e apenas pontualmente discute alguns aspetos envolvidos na terceira questão, quando o tratamento das anteriores o suscita.

Procuramos aqui, essencialmente, quantificar a participação política militar no sentido de entender se, quase um século volvido sobre a consolidação do profissionalismo

técnico militar português, é possível falar, como a identidade profissional da profissão deveria antecipar, em eliminação da participação política militar (uma das faces do envolvimento político militar). Depois, procura estimar quando se iniciou a tendência regressiva da participação política militar para testar se essa inflexão é de facto proximamente subsequente à consolidação dos traços técnicos e sociais do profissionalismo da ocupação. Ora, tendo sido já demonstrado que da entrada da I República Portuguesa à sua metade se consolida o profissionalismo militar nas suas aceções técnicas e sociais,⁸ interessa entender se a curto trecho se identifica o descolar do recuo linear, constante e progressivo dos militares da política, pelo menos no decorrer deste regime político. Sabemos que esse não foi o caso no que à intervenção respeita, desde logo porque, situada mesmo à saída da República, encontramos uma Ditadura Militar e voltamos em 1974 a experimentar uma mudança de regime político militarmente imposta, mas pouco conhecemos quanto à evolução quantitativa da participação. Ora, ambas as evoluções merecem ser contrapostas aos modelos teóricos em referência e ser por isso testadas nesses pressupostos.

Concretamente, pretendemos saber quantos militares e militares profissionais assumiram cargos políticos durante a I República Portuguesa (dado ser no decurso desse regime que se esperaria o início do recuo, caso a teoria clássica se confirmasse – interessa um olhar aí mais aprofundado), bem como entender como evoluíram os quantitativos de militares e de militares profissionais que assumiram cargos políticos num período mais amplo (do início da Monarquia Constitucional portuguesa até à atualidade – 1834-2011), por forma a facilitar interpretações mais latas e que equacionem a hipótese do completo afastamento político militar.

8 FONSECA, 2002.

Dado o intuito quantitativo do estudo, de facto, quantitativo descritivo, usou-se o método quantitativo e uma análise estatística descritiva e univariada. Os dados foram recolhidos com recurso à técnica de análise documental.

Foram analisados todos os indivíduos que assumiram cargos executivos nacionais em Portugal de 1834 a 2011, o que incluiu o Governo e as Câmaras Nacionais, nomeadamente os cargos de Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro, Par do Reino, Deputado, Senador e Procurador à Câmara Corporativa. Analisaram-se 93 legislaturas e mais de 20.000 indivíduos. As fontes de pesquisa foram de dois tipos: assentos biográficos de pares, deputados, senadores e procuradores disponíveis no Arquivo Histórico Parlamentar Português, bem como estudos biográficos e sociográficos diversos destinados a caracterizar políticos e grupos particulares de políticos portugueses. Para a distinção de militares profissionais e não profissionais (necessária dada que a rigor, só se esperaria que os efeitos políticos do profissionalismo técnico e social ocorressem nos casos em que estes têm condições de estar em presença) realizou-se a consulta de processos individuais de alunos da Academia Militar (nas suas diversas formulações e denominações desde a sua formalização como Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790).⁹

No universo dos políticos distinguiram-se e contabilizaram-se as seguintes categorias de militares: Militares (militares de carreira, isto é, de ocupação militar não eventual) Militares do Exército, Militares da Armada, Militares da Força Aérea, Oficiais Profissionais (que cursaram e se graduaram pela Academia Militar), Oficiais não Profissionais (que não cursaram e/ou não se graduaram pela Academia Militar), Sargentos e Praças. Dado que foram residuais ou inexistentes os oficiais da Força Aérea (dada a tardia institu-

9 As principais fontes são identificadas em secção própria das referências bibliográficas.

cionalização do ramo face à consolidação do profissionalismo militar português), bem como os Sargentos e os Praças, não os tratamos especificamente neste artigo, ainda que estejam contabilizados os poucos identificados, no total de militares. A distinção do Exército e da Armada faz-se, mas não se aprofunda, dado ser o Exército objeto especial deste trabalho, dada a sua relevância, dada a sua liderança no processo de profissionalização, dada a sua clara maioria estatística e dados os conhecimentos mais alargados que se possuem acerca do seu processo de profissionalização, nomeadamente nas dimensões técnica e social.

3. Análise circunscrita: participação política na I República Portuguesa

Dos 980 indivíduos que assumiram cargos políticos executivos no Governo e nas duas Câmaras da I República Portuguesa (Câmara dos Deputados e Senado), durante a vigência desse regime, 273 eram militares (27,9%). Uma análise por ramo revela a grande predominância dos recrutamentos realizados no Exército, face aos realizados na Armada: 75,5% contra 24,5%.

Dos 206 políticos militares provenientes do Exército, 139 (67,5% dos militares do Exército e 14,2% do total de políticos) eram militares profissionais.

	n	% nos Políticos
Políticos	980	100,0
Militares	273	27,9
Militares do Exército	206	21,0
Militares da Armada	67	6,8
Militares Profissionais do Exército	139	14,2
Militares Não Profissionais do Exército	67	6,8
% Militares do Exército/ Militares		75,5%
% Militares Profissionais/ Militares do Exército		67,5%

Figura 1: Quadro-resumo da presença de militares na classe política da I República

As legislaturas de 1911-15, 1915-18 e 1918-19 evoluem genericamente em sentido positivo no que respeita quer à percentagem de militares, quer de militares do Exército no total da classe política da I República. Se excetuarmos a legislatura de 1922-25, verificamos, contudo, que a partir de 1919 os militares e os militares do Exército começam a regredir no peso que assumem no total de políticos das legislaturas.

A curva de evolução do número dos militares profissionais é semelhante à dos militares e dos militares do Exército, atestando a regularidade em torno da média das taxas de profissionalização entre os militares políticos.

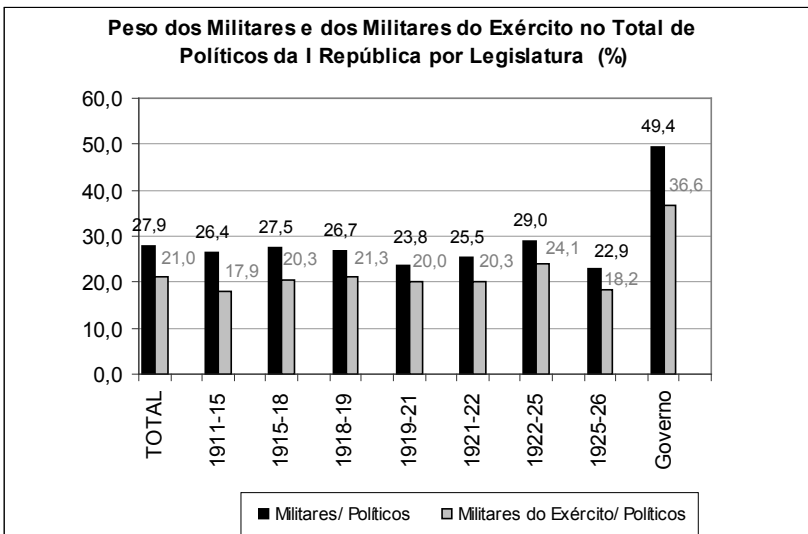


Figura 2: Peso dos Militares e Militares do Exército na Classe Política por Legislatura.

Dado contrariar a tendência geral, a legislatura de 1922-25 assume particular relevância. A investigação do porquê desse sentido evolutivo mostra desde logo não serem na larga maioria estes militares novas aquisições para a classe política, mas antes retornos às Câmaras. Há duas razões es-

senciais para o tendencial acréscimo de militares, militares do Exército e militares profissionais do Exército nessa legislatura. A primeira e mais relevante razão prende-se com o facto de ser essa a legislatura que mais recruta militares que participaram na I Guerra Mundial, e que agora retornam. Depois, é também ela que acolhe o número mais elevado de políticos que participaram em Governos Militares no incremento deste tipo de Governo em 1918-21, e que agora estão também de volta às Câmaras.

A participação na I Guerra Mundial marca, pois, decisivamente a evolução do número de militares e de militares profissionais no exercício de cargos políticos durante a I República: no que respeita aos últimos, ocorreu um aumento do seu número desde o início da Guerra, aumento esse que atinge o seu clímax nos anos finais do conflito, anos em que a participação de Portugal se incentivou, passando-se ao envolvimento direto. De 1916 a 1920 a revalorização social do oficialato decorrente do conflito armado¹⁰ conduz mesmo a um acréscimo muito considerável de Chefias de Governos e Presidências da República assumidos por militares, que se repercute em governos também mais participados por estes. Com o fim da Guerra, a tendência passa a ser regressiva quer na direção e composição dos Governos, que tendem a “civilizar-se”, quer na composição do Senado e da Câmara dos Deputados. Ainda como efeito da Guerra, a legislatura de 1922-25 traz um incremento de militares que, contudo, não se sustém. De facto, a esmagadora maioria dos militares e dos militares profissionais retornados da Guerra e dos Governos Militares e reinseridos nas Câmaras, não voltará mais à carreira política nacional, nem na Ditadura Militar, nem no Estado Novo.

10 A este respeito, cf. CARRILHO, 1985, pp. 266-267.

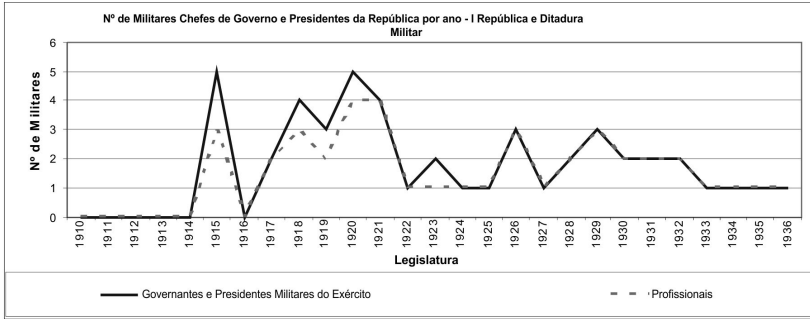


Figura 3: Evolução do número de militares que desempenharam cargos de Chefes de Governo e Presidentes da República por ano – I República a Ditadura Militar.

Tanto no que respeita às taxas de militares, como de militares do Exército e militares profissionais, tende a haver uma clara maior presença de militares no Governo (enquanto Ministros, Chefes de Governo e Chefe de Estado) do que nas Câmaras (enquanto deputados e senadores). Verifica-se também uma maior presença de militares provenientes da Armada no Governo que nas Câmaras (25,8% face a 22,0%), ainda que os provenientes do Exército sejam sempre claramente maioritários. O mesmo sucede com os militares profissionais (26,7% face a 13,5%).

Um recrutamento mais orientado para a valorização da *expertise* técnica (dado o pendor mais especialista que generalista dos cargos) e a existência de pastas específicas ligadas aos assuntos da Marinha e do Exército (Marinha e Guerra), faziam esperar esta distribuição.

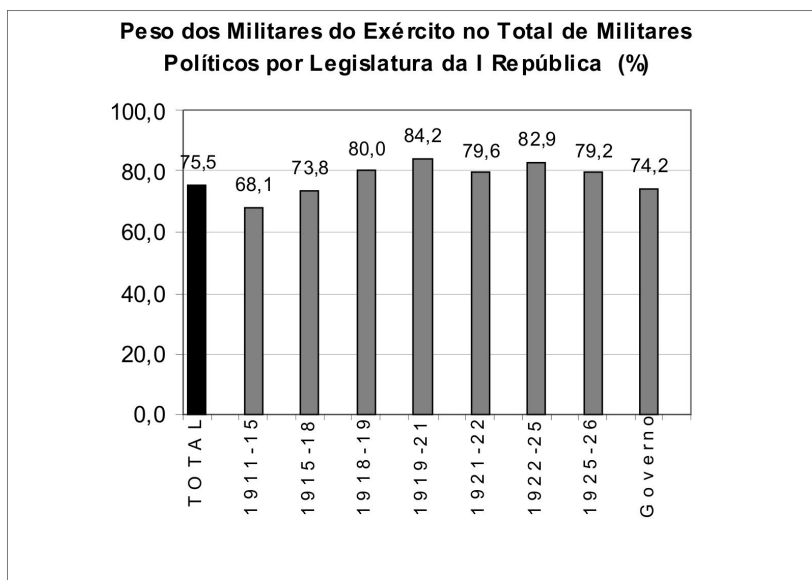


Figura 4: Peso dos militares profissionais na classe política e dos militares do Exército nos militares políticos por legislatura

A análise do peso dos militares do Exército no total de militares políticos evidencia uma ligeira tendência crescente dessa taxa durante a I República, concretizada por uma aceleração clara entre 1911 e 1918 e uma estabilização em torno dos 80% até ao fim do período histórico.

Mas, se é claro que a presença dos militares do Exército ganha posição face aos da Armada na I República, não é tão claro que haja ganhos na presença de profissionais face a não profissionais. De facto, aqueles ganham peso regular até à legislatura de 1918-19, entrando depois tendencialmente em regressão, ainda que a legislatura de 1922-25 volte a traduzir aumentos face às duas legislaturas imediatamente anteriores. Os avanços da profissionalização (que fariam afastar os profissionais da ação política, mas não necessariamente os não profissionais) e a menor visibilidade e relevância dos militares no pós I Guerra Mundial poderão justificá-lo.



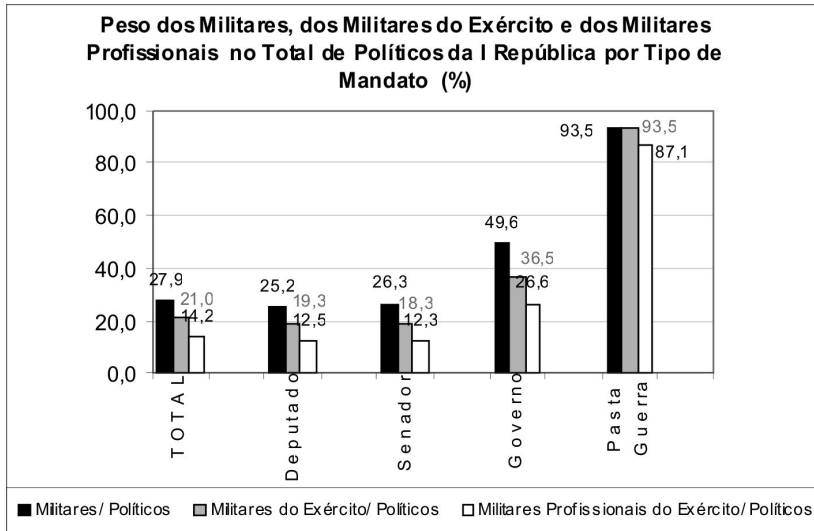


Figura 5: Peso dos militares profissionais, militares políticos por legislatura e dos militares, militares do Exército e profissionais nos políticos por tipo de mandato

Durante a I República, o Ministério da Guerra foi claramente dominado por militares (93,5%), militares do Exército (93,5%) e militares do Exército profissionais (87,1%). No Governo encontramos respectivamente 49,6% de militares, 36,5% de militares do Exército e 26,6% de militares profissionais. O peso de militares nas Câmaras foi extremamente regular quando comparada a Câmara dos Deputados e o Senado. A Pasta da Guerra concretizou-se no mandato com maior taxa de militares do Exército face aos da Armada (100,0%), seguindo-se a Câmara dos Deputados (76,7%). Com maior taxa de proveniências da Marinha aparece o Senado (69,6%), logo seguido pelo Governo (73,6%).

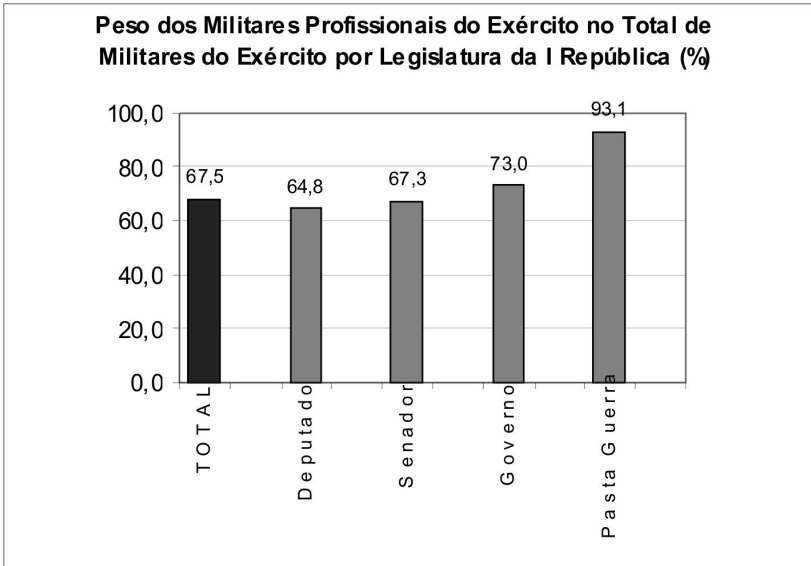
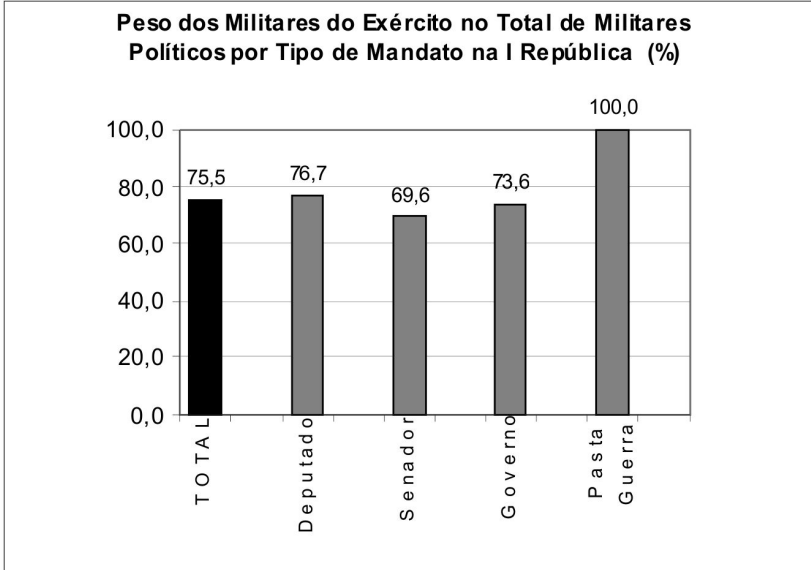


Figura 6: Peso dos militares do Exército nos militares políticos e dos militares profissionais nos militares políticos por tipo de mandato

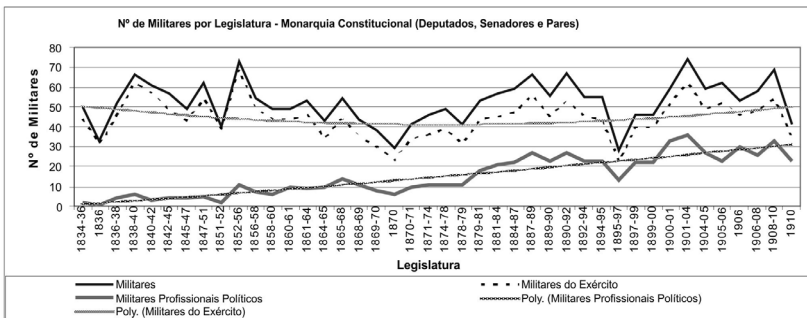
No que respeita ao peso dos profissionais entre os militares políticos, o panorama é diferente, sendo aqui, na sequência de dados já apresentados, o Governo que tem maior peso de profissionais (em especial a pasta da Guerra), seguindo-se só depois, e por esta ordem, o Senado e a Câmara dos Deputados.

Acerca do peso dos militares e dos militares profissionais na classe política, é de reter que: 1) 27,9% dos políticos da I República são militares de carreira e 14,2% militares profissionais; 2) o número de militares, militares do Exército e militares profissionais do Exército é especialmente influenciado pela participação na I Guerra Mundial – nota-se um sentido expansionista anterior ao fim da I Guerra Mundial e um sentido retracionista posterior; 3) o número de Chefias de Governo e Presidências da República Militares incrementa-se também nos anos da Guerra e nos imediatamente seguintes, regredindo subsequentemente; 3) a legislatura de 1922-25 é *sui generis* dado contrariar o sentido retracionista da presença militar posterior ao fim da I Grande Guerra – esse aumento ocorre, contudo, na sequência da própria guerra, dado o incremento se concretizar em militares (especialmente profissionais) que retornam da Guerra e do exercício de cargos governativos nos Governos Militares contemporâneos e imediatamente posteriores ao conflito; 4) o peso dos militares profissionais face aos militares não profissionais no total de militares do Exército evolui a partir de 1919 em sentido tendencialmente regressivo; 5) os militares, os militares do Exército e os militares profissionais têm especial presença no Governo face às Câmaras, destacando-se fundamentalmente na pasta da Guerra, isto é, em cargos de político especialista e não de político generalista; 6) a Pasta da Guerra assume-se como território do militar profissional, dado que 93,1% dos detentores deste cargo durante a I República são militares de Academia.

4. Análise transversal: participação política da Monarquia Constitucional à atualidade (1834-2011)

No que respeita às Câmaras, durante as dez primeiras legislaturas da Monarquia Constitucional (1834 a 1856), o peso de militares no total de políticos tendeu a incrementar-se, ainda que de uma forma não regular. O mesmo sucedeu com os militares do Exército e com os militares profissionais que, longe da padronização de carreiras e obrigatoriedade de formação superior especializada, eram meramente residuais.

A partir de 1852 e até 1870 nota-se uma tendência regressiva na percentagem de militares no total de políticos, que não invalida, contudo, que os militares profissionais ganhem continuamente peso face aos não profissionais – trata-se meramente do efeito do desenvolvimento da institucionalização das Escolas Militares e do conseqüente aumento da sua frequência. Dessa data a 1892 há uma ténue tendência expansiva que, se excepcionarmos as legislaturas de 1894-95 e de 1895-97, continua até 1901-04. Dessa data à implantação da República, o sentido dominante é regressivo.



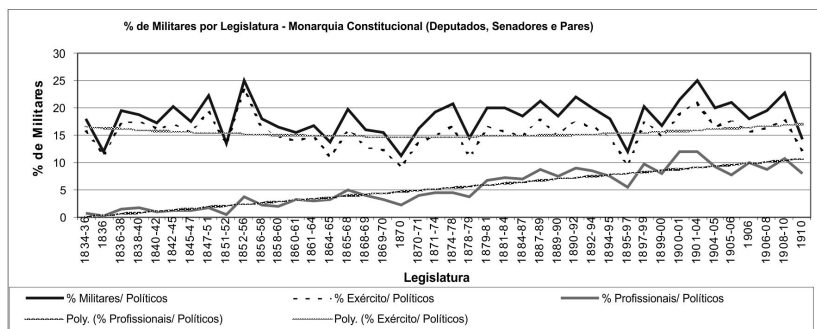


Figura 7: Evolução do número e da percentagem de militares por legislatura - Monarquia

A análise global da evolução da participação de militares e militares do Exército nas Câmaras Monárquicas, nomeadamente a análise da sua tendência polinomial mostra que, salvo um ligeiro decréscimo dos anos centrais ao período, que começa a regredir de forma mais demarcada na legislatura de 1895-97, a tendência é de estabilidade. À medida que nos afastamos de uma mudança de regime político, a participação tende a decrescer (ainda que aqui muito ligeiramente), quando nos aproximamos, ela tende a aumentar.

Os militares profissionais estão em crescendo regular pelo já referido efeito de evolução da institucionalização do ensino militar que, em 1901, culmina no estabelecimento de precedências para oficiais formados por essas escolas face aos restantes, e em 1911 no estabelecimento da regra do acesso ao oficialato apenas mediante conclusão da formação superior militar que ministram.

A comparação dos números da I República face aos da Monarquia Constitucional revela que, longe de um recuo, aquele período histórico corporizou um aumento da participação dos militares na política e do peso dos militares profissionais políticos face aos não profissionais, o que não deixa de continuar as tendências do fim da Monarquia.

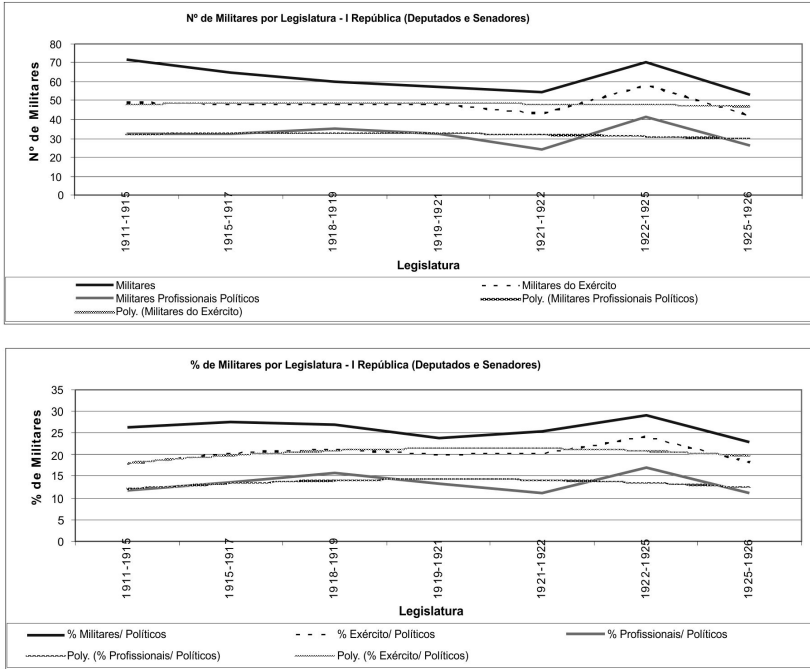
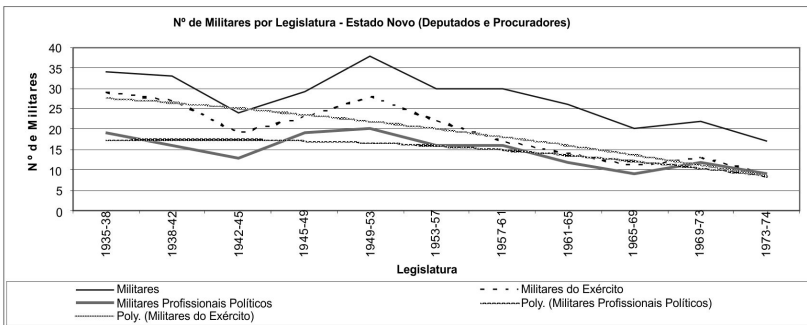


Figura 8: Evolução do número e da percentagem de militares por Legislatura - I República

Apesar de ocorrerem os pequenos recuos em fins da I República já referidos e contrariados pela legislatura de 1922-25, apenas a partir do fim da República acontece a queda sistemática do número de militares e de militares profissionais que assumem cargos políticos nas Câmaras.



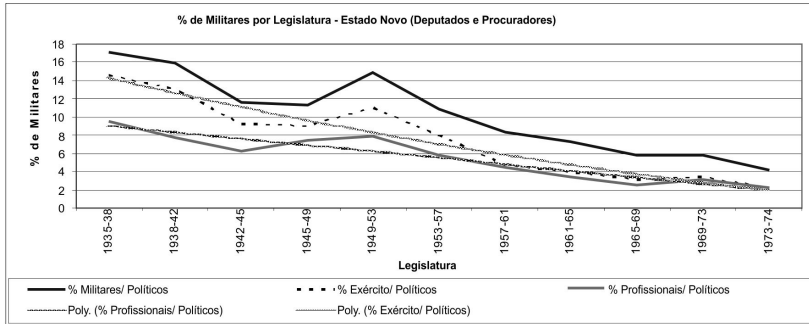


Figura 9: Evolução do número e percentagem de militares por legislatura – Estado Novo

O Estado Novo reserva a tendência clara de regressão do número de militares, militares do Exército e militares profissionais do Exército na classe política, que apenas é contrariada pelas legislaturas contemporâneas à II Guerra Mundial, não obstante a não participação portuguesa nesse conflito armado. Essa variação foi, contudo, menos acentuada no caso dos militares profissionais que resistiram melhor a esse efeito, ainda que globalmente se tenham afastado da política a um ritmo médio inferior ao da totalidade de militares do Exército.

Uma visão global da evolução do número de militares nas Câmaras durante todo o período estudado demonstra que a I República registou os valores mais altos de participação militar, quer profissional quer não profissional.

O acompanhamento da evolução das taxas de participação política de profissionais face a não profissionais evidencia não se notar neste tipo de análise um recuo mais pronunciado do afastamento dos militares profissionais da política face ao que ocorre a propósito dos militares não profissionais.

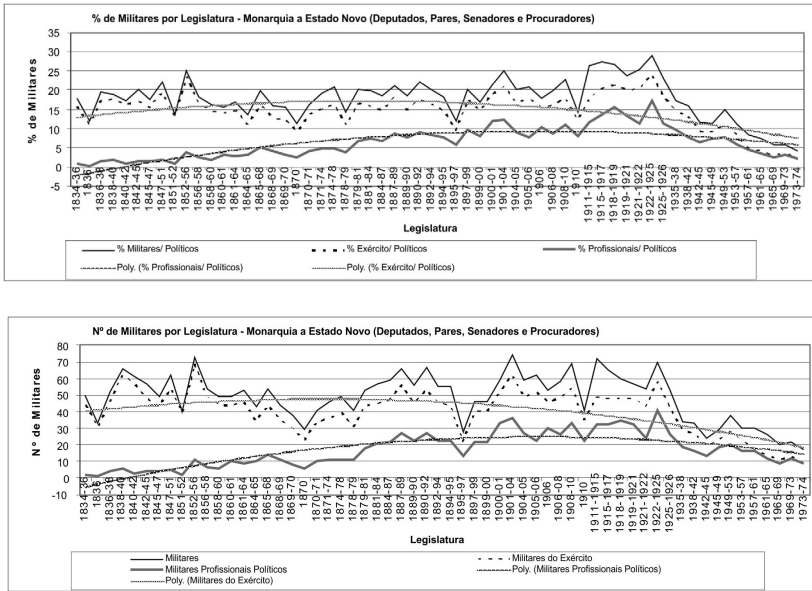


Figura 10: Evolução do número e percentagem de militares por legislatura – Monarquia a Estado Novo

A análise da evolução da participação de militares no governo evidencia mais uma vez que a I República se integra globalmente num quadro expansionista da participação política militar e militar profissional, e não num quadro regressivo. Este facto torna-se mais aparente ao considerar-se a Ditadura Militar (que não incluiu atividade política em Câmaras).

Enquanto que a Monarquia recrutou 37,9% de militares para os seus governos, a I República recrutou 49,4% e a Ditadura Militar 58,3%. Os 21,0% do Estado Novo demonstram que, grosso modo, apenas a partir deste período se imprimiu um sentido regressivo a esta participação.

	Monarquia	I República	Ditadura Militar	Estado Novo
Militares governantes	77	120	35	17
Militares Exército	62	89	26	15
Militares profissionais governantes	23	65	20	10
Total Governo	203	243	60	81
% Militares governantes/ Total Governo	37,9%	49,4%	58,3%	21,0%
% Militares governantes Exército/ Total Governo	30,5%	36,6%	43,3%	18,5%
% Militares profissionais governantes/ Total Governo	11,3%	26,7%	33,3%	12,3%
Nº médio de militares por ano	1,0	8,0	3,9	0,4
Nº médio de militares do Exército por ano	0,8	5,9	2,9	0,4
Nº médio de militares profissionais por ano	0,3	4,3	2,2	0,3
Nº médio de políticos por ano	2,7	16,2	6,7	2,0

Figura 11: Quadro-resumo da evolução do número de militares no Governo - Monarquia a Estado Novo

A I República ficou ainda marcada por, embora tendo durado apenas 15 anos, se constituir no período histórico que reuniu o maior número absoluto de militares e de militares profissionais, e naquele que mais militares e militares profissionais recrutou, em média, por ano, para o cumprimento de funções governativas.

	Monarquia	I República	Ditadura Militar	Estado Novo
Militares	2273	551	35	320
Militares Exército	1923	425	36	227
Militares profissionais	661	287	20	171
Total Governo	12221	1902	60	3336
% Militares governantes/ Total Governo	18,6%	29,0%	58,3%	9,6%
% Militares governantes Exército/ Total Governo	15,7%	22,3%	60,0%	6,8%
% Militares profissionais governantes/ Total Governo	5,4%	15,1%	33,3%	5,1%
Nº médio de militares por ano	29,9	36,7	3,9	8,0
Nº médio de militares do Exército por ano	25,3	28,3	4,0	5,7
Nº médio de militares profissionais por ano	8,7	19,1	2,2	4,3
Nº médio de políticos por ano	160,8	126,8	6,7	83,4

Figura 12: Quadro resumo da evolução do número de militares no Governo e Câmaras - Monarquia a Estado Novo

A evolução agregada (Câmaras e Governo) torna ainda mais notório o facto de a I República se alinhar no sentido do progressivo ganho de militares políticos, sentido que culmina na Ditadura Militar e que só com o Estado Novo regride.

A I República superioriza-se mesmo consideravelmente face a todos os restantes regimes, no que toca ao número

médio de militares, militares do Exército e militares profissionais do Exército que recrutou para o desempenho de cargos políticos.

A queda regular do número de militares e de militares profissionais que esperaríamos ver, resultante da consolidação do profissionalismo, parece ocorrer, ainda que tímida de início e, em sentido expressivo, relativamente atrasada face à consolidação dos restantes traços do profissionalismo, assim como interrompida por fenómenos essencialmente decorrentes (imediate ou mediatamente) das Guerras Mundiais.

Se olharmos com mais detalhe para a Ditadura Militar, nomeadamente para cada legislatura e para os dados percentuais, registamos que a tendência regressiva que se vai acentuar no Estado Novo começou a formar-se já na Ditadura Militar, sendo o V e VI Governos os únicos a evoluir num sentido de incremento.

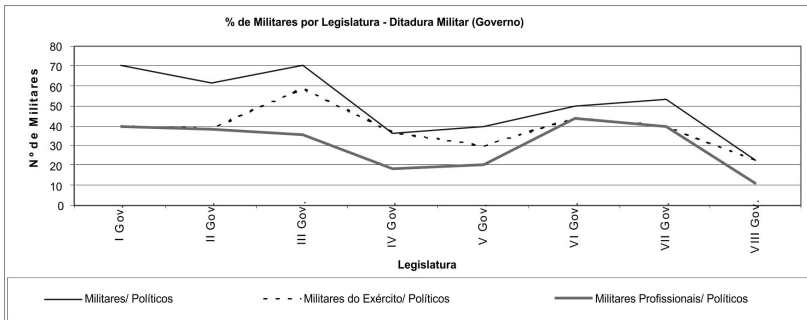


Figura 13: Evolução do número de militares recrutados para o Governo na Ditadura Militar por legislatura

Se individualizarmos a progressão dos militares profissionais no Governo da Ditadura Militar e deduzirmos a linha de tendência, tornar-se-á mais claro que o sentido evolutivo que se acentuou no Estado Novo estava já a ocorrer na Ditadura Militar.

Não havia, aliás, razão especial para da Ditadura Militar para o Estado Novo se registrar uma mudança significativa de sentido evolutivo, dado este último regime decorrer daquele de forma natural e pacífica.

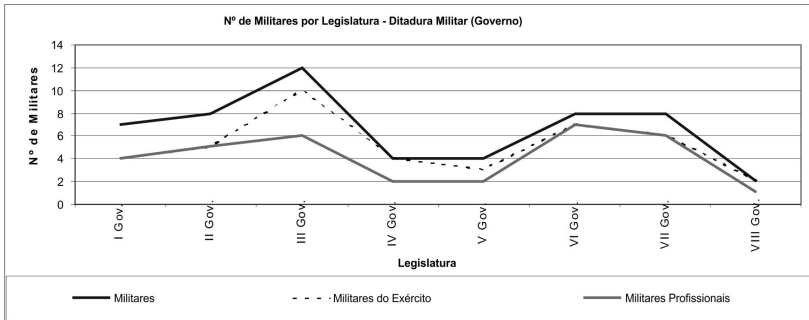


Figura 14: Evolução da percentagem de militares recrutados para o Governo na Ditadura Militar por legislatura

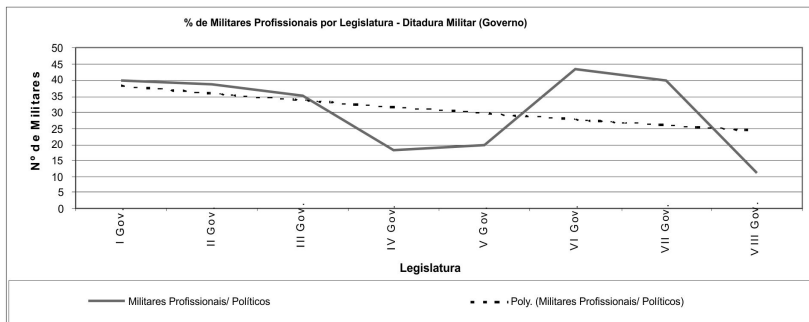


Figura 15: Evolução da percentagem e da tendência de militares profissionais recrutados para o Governo na Ditadura Militar por legislatura

Faltar olhar, mesmo que brevemente, para os efeitos do 25 de abril de 1974 e da entrada na democracia, tentando atestar da continuidade ou não da tendência de recuo do número de militares e militares profissionais no âmbito da classe política, que se acentuou no Estado Novo.

Estudos diversos têm analisado a proveniência profissional dos parlamentares e têm concluído pela irrelevância

da proveniência militar nos recrutamentos para o Parlamento após o 25 de abril (valores que se mantêm na ordem dos 0-1,5% de 1974 até hoje).¹¹ Torna-se, pois, redundante uma análise mais detalhada a confirmar a tendência regressiva pós-Ditadura Militar nas Câmaras.

Já a participação no Governo exige mais detalhada verificação. A análise da evolução do número de militares, de militares do Exército e de militares profissionais do Exército recrutados para funções governativas após o 25 de abril por legislatura, demonstra que a Revolução contribuiu para incrementar a percentagem de militares no Governo, nomeadamente no II e III Governos Provisórios, mas que, a partir desse momento, o número de militares no Governo entra em regressão, atingindo as médias do Estado Novo e retomando o decréscimo que tinha caracterizado o período anterior, sensivelmente a partir do V Governo Constitucional.

Assim como sucedeu com a I República e com a Ditadura Militar, após a mudança política, os militares tenderam a recuar em peso na classe política.

Analisando o número absoluto médio de militares e militares profissionais recrutados para o exercício de funções governativas da Monarquia à democracia, verificamos que esse número regrediu regularmente da I República para o Estado Novo, experimentando um ligeiríssimo, quase desprezável, aumento do Estado Novo para a democracia.

11 Cf., por exemplo, FREIRE, 2001.

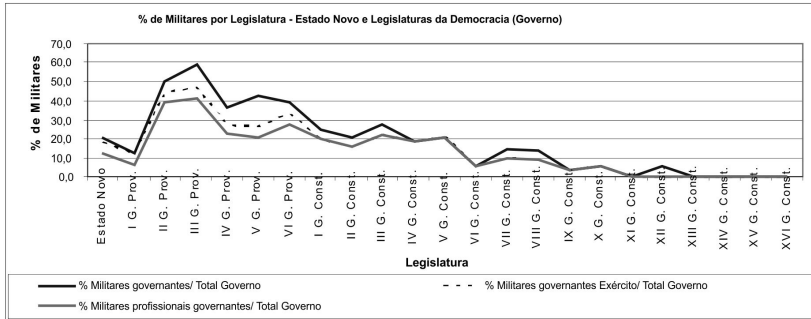


Figura 16: Evolução da percentagem de militares nas legislaturas da democracia comparadas com a média do Estado Novo

A análise percentual, mais indicada por ter em conta a dimensão total da classe governante dos períodos históricos (muito díspar na comparação direta dos regimes), mostra, contudo, que o peso de militares e militares profissionais se incrementou da Monarquia à Ditadura Militar, passando a regredir depois regularmente até aos dias de hoje. Mostra também que, nesta média global, os militares profissionais foram aumentando sistematicamente o seu contributo para os recrutamentos de militares do Exército durante todo o período. Dado o tipo de análise, tem de se concluir, contudo, que esse sentido evolutivo precoce da participação dos profissionais militares estará mais relacionado com a padronização das carreiras no acesso ao oficialato, nomeadamente com a crescente verificação da regra da obrigatoriedade de cursar as Escolas Militares, do que com a forma como evoluiu especificamente no período a participação política de militares profissionais.

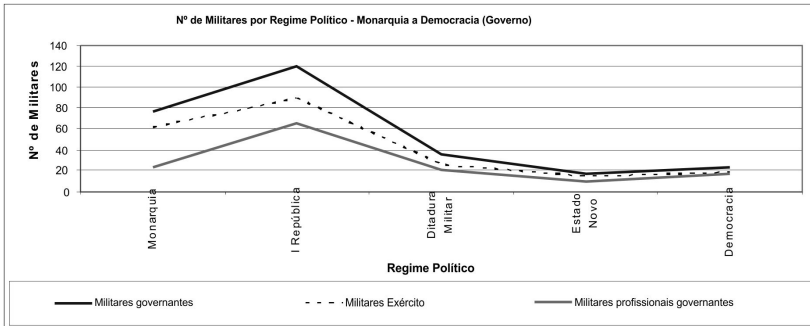


Figura 17: Evolução do número de militares no Governo por regime - Monarquia a Democracia

No que respeita à evolução do peso dos militares e dos militares profissionais na classe política, é de destacar que: 1) no que respeita ao exercício de cargos políticos por militares nas Câmaras, a I República saldou-se por ser, no período estudado, caracterizada pelas mais elevadas taxas de recrutamento militar e de recrutamento de militares profissionais, só decaindo esse número significativamente a partir da entrada no Estado Novo; 2) a consideração adicional do Governo (e, portanto, da Ditadura Militar, que aboliu as Câmaras) mostra que, de facto, os acréscimos de participação política militar e profissional militar da I República se enquadram num crescendo de envolvimento militar com a coisa pública, que culmina, nos anos da Ditadura, com uma percentagem de 58,3% de políticos de ocupação militar; 3) a regressão que se acentuará no Estado Novo começou, contudo, a ocorrer ainda nos últimos governos da Ditadura Militar – globalmente, a tendência de evolução da participação política militar e militar profissional na Ditadura Militar é regressiva; 4) apesar de haver um incremento de militares e de militares profissionais governantes após o 25 de abril, verifica-se que a partir dos IV/V Governos Constitucionais se retoma o caminho da retirada progressiva dos militares da política, que culmina presentemente na sua total erradicação; 5) todos os sentidos

contrários à progressiva retirada dos militares e dos militares profissionais políticos que identificamos relacionam-se ou com a mudança não pacífica de regime político ou com contemporaneidade das Guerras Mundiais (independentemente da participação direta nacional).

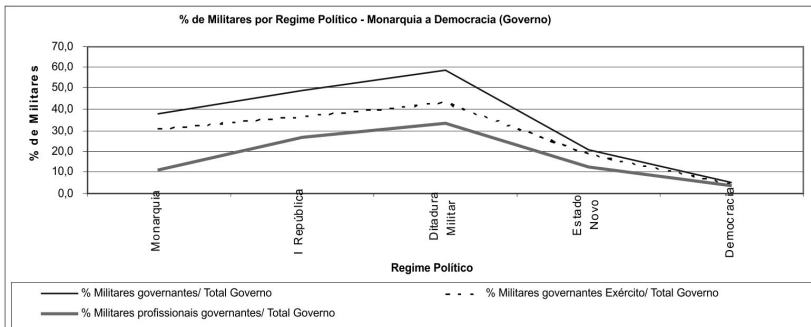


Figura 18: Evolução da percentagem de militares no Governo por regime - Monarquia a Democracia

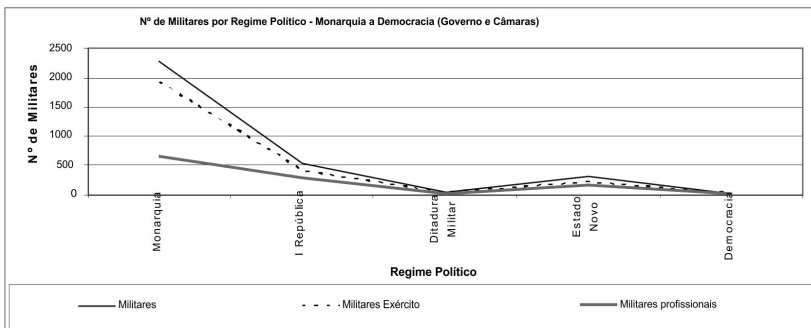


Figura 19: Evolução do número de militares no Governo e Câmaras por regime - Monarquia a Democracia

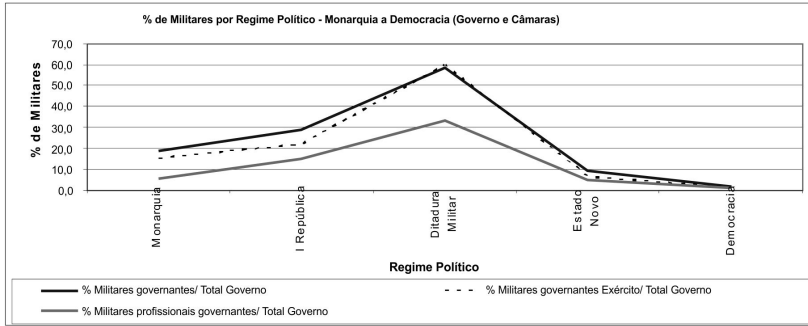


Figura 20: Evolução da percentagem de militares no Governo e Câmaras por Regime - Monarquia a Democracia

5. Discussão dos resultados

Se nos centrarmos na especificidade dos militares profissionais políticos, dado serem estes os que nos permitem levar a teste às nossas premissas, identificaremos uma tendência retracionista regular, ainda que inicialmente muito tímida, do número destes militares envolvidos na política, no pós-I Guerra Mundial (desde 1919) quando, antes do conflito, a tendência tinha sido oposta. A partir desse pós-Guerra, não obstante tenha aumentado regularmente o número de militares na política, regride progressivamente o contributo dos militares profissionais políticos para esse total, sendo as flutuações contrárias a essa tendência resultado de fenómenos contextuais, nomeadamente da passagem pelas Guerras Mundiais, o que sucede desde logo na legislatura de 1922-25.

Integrando os números da I República num universo temporal mais lato, conclui-se ser este período histórico o que registou um maior número absoluto e relativo de militares e militares profissionais políticos, e aquele que assegurou uma maior taxa anual de recrutamento político de militares. De facto, e apesar dos indícios de regressão a partir de 1919, a Ditadura Militar registará um aumento da participação

política dos militares e dos militares profissionais, aumento que se revelou, contudo, transitório, pois após a instalação do regime, a presença dos militares e dos militares profissionais na política volta rapidamente a entrar em regressão, tendência que o Estado Novo continuará e acelerará. No âmbito deste último regime, o sentido regressivo apenas é contrariado de forma relevante pela passagem pela II Guerra Mundial, não obstante Portugal não ter participado nesse conflito armado. Com o 25 de abril de 1974 volta a registar-se um incremento da participação política dos militares e dos militares profissionais, nomeadamente no Governo. A tendência regressiva retoma-se mais uma vez após a instalação do novo regime, logo a partir do III Governo Provisório, altura em que se volta a atingir o nível médio de participação política militar do Estado Novo e a partir de onde se continua o sentido de retração sucessivo, especialmente marcado a partir do V Governo Constitucional. Os militares e os militares profissionais desaparecem do Governo no XIII Governo Constitucional, o que se mantém até hoje. Nas Câmaras a representação militar foi insignificante desde o I Governo Constitucional e é hoje nula.

Os dados apresentados mostram haver de facto uma tendência regressiva geral do número de militares profissionais políticos da I República até à atualidade, que encontra, contudo, momentos de contradição. Esses momentos são de dois tipos essenciais: Guerras Mundiais (independentemente da participação, mas com efeitos significativos na participação política militar) e mudanças não pacíficas de regime (entrada na Ditadura Militar e na democracia, mas não no Estado Novo).

De facto, após a I República o número de militares profissionais políticos tende a aumentar nas primeiras legislaturas, entrando depois em regressão, situando-se o ponto de inflexão em 1919. Se considerarmos, com o modelo clássico

modificado, que as inversões transitórias da tendência trazidas por circunstâncias contextuais de caráter geopolítico e político-militar interno e externo, são isso mesmo: efeitos transitórios que só circunstancialmente fazem inverter a tendência, devemos olhar para o ano de 1919 com novos olhos, revalorizando a importância do momento de inflexão da tendência, não obstante a timidez inicial do seu efeito.

A investigação foi orientada pela tentativa de acrescentar às respostas a três questões essenciais, a que agora nos referimos. Quanto à possível dissociação da atividade militar da sua qualidade política, a análise imediata parece confirmar essa possibilidade, dado o afastamento completo atual ou praticamente completo nas últimas três décadas das Forças Armadas portuguesas da participação política (bem como do envolvimento), isto é, desde que se pode começar a falar em estabilização do novo regime político em Portugal, o que, contudo, como se disse, se pode interpretar de muitos modos diferentes, desde logo porque o atual aparente “adormecimento” político não significa seguramente nem apolitismo nem garantia de continuidade futura desse estado de coisas, e depois porque consoante a interpretação que façamos do efeito teórico deste desaparecimento (ligeiro/nulo, de compromisso ou radical), assim afetaremos de modo mais ou menos relevante o modelo interpretativo clássico (modificado ou não) do profissionalismo militar.

Quanto à segunda questão, os resultados do estudo apontam, como se referiu já, para o cabimento da existência de uma relação de causa-efeito entre a consolidação dos traços técnicos e sociais do profissionalismo e o afastamento dos militares da política, pelo menos no que à participação política respeita, dada a clara sequência do início da regressão da participação política militar face ao que já se conhece acerca da datação da consolidação dos principais traços do profissionalismo técnico e social do Exército português.

Quanto à última questão, é de destacar que se encontram indícios de uma especial entrada dos militares profissionais nos papéis de cunho técnico especializado mais destacados, nomeadamente na responsabilidade ministerial assumida na pasta da Guerra face a outras pastas ministeriais ou a mandatos generalistas, o que pode indiciar a efetiva existência de um padrão específico de participação política de militares profissionais face a não profissionais em razão da especificidade do seu grau de aproximação ao modelo profissional.

O caso português comporta-se, pois, especialmente bem de acordo com o modelo que chamamos de clássico modificado, sugerindo os nossos dados que existe de facto uma relação de causa-efeito entre profissionalismo técnico e social e profissionalismo político, relação apenas transitória e perturbada nos seus efeitos tendenciais por dois fatores extra-profissionais que, revertendo momentaneamente a relação, não a invalidam, contudo.

Referências

CARRILHO, Maria. *Forças armadas e mudança política em Portugal no séc. XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Casa da Moeda, 1985.

CHAPOULIE, Jean-Michel. Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels. In: *Revue Française de Sociologie*, v. XIV, n. 14-1, pp. 86-114, 1973.

FREIDSON, Eliot. *Professionalism: the third logic*. Cambridge: Polity, 2001.

LASSWELL, Harold Dwight. The Garrison state. In: *American Journal of Sociology*, v. 46, n. 4, pp. 455-468, 1941.

FEAVER, Peter Drucker. The civil-military problematique: Huntington, Janowitz, and the question of civilian control. In: *Armed Forces & Society*, v. 23, n. 2, pp. 149-178, 1996.

FINER, Samuel. *The man on horseback: the role of the military in politics*. 4. ed. Londres: Pall Mall, 1971 (Edição original de 1962).

FONSECA, Maria de Lurdes. *O alto oficialato do exército português oriundo da academia militar: origem social e mérito académico como preditores dos percursos de carreira (1910-1974)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Instituto Superior de Ciências Sociais – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 893f., 2002.

FONSECA, Maria de Lurdes. *Profissionalização do exército e envolvimento político dos militares durante a I República Portuguesa*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na Especialidade de Sociologia. Instituto Superior de Ciências Sociais – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 226f., 2008.

FREIRE, André. *Recrutamento parlamentar: os deputados portugueses da constituinte à VIII legislatura*. Lisboa: STAPE/MAI, 2001.

HUNTINGTON, Samuel. *The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1998 (Edição original de 1957).

JANOWITZ, Morris. *The professional soldier: a social and political portrait*. Nova Iorque: Free, 1964 (Edição original de 1960).

LANG, Kurt. *Military institutions and the sociology of war: a review of the literature with annotated bibliography*. Beverly Hills: Sage, 1972.

PERLMUTTER, Amos. *The military and politics in modern times: on professionals, praetorians and revolutionary soldiers*. New Haven: Yale University, 1977.

Principais fontes da análise documental de cariz biográfico

CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-74*. Lisboa: Assembleia da República, 2004.

ÉPOCAS Legislativas, 1834-1906, para uso da Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Dignos Pares do Reino. Lisboa, 1906.

LISTA Geral de Antiguidades dos sargentos ajudantes, primeiros sargentos e primeiros sargentos graduados, cadetes, de todas as armas e serviços auxiliares do Exército e dos sargentos ajudantes e primeiros sargentos das guardas municipais e fiscal referido a 31 de Dezembro de 1909 e organizada por Gregório Augusto de Sousa Mendonça (Capitão do Corpo de Secretariado Militar). Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.

LISTAGEM de Antigos Alunos da Academia de Fortificação, Escola do Exército, Escola de Guerra, Escola Militar (1790-1940).

LIVRO de Registo do Pessoal Político da Assembleia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados. Lisboa, 1911-15.

LIVROS Políticos da Câmara dos Deputados. Lisboa, 1913-26.

MARQUES, António Henrique Oliveira. *Paulo Guinote, Pedro Teixeira Mesquita e João José Alves Dias, parlamentares e ministros da 1ª República (1910-1926)*. Lisboa: Afrontamento, 2000.

MINISTÉRIO DA GUERRA (Portugal). Almanach do Exército ou Lista Geral de Antiguidades dos Officiaes Combatentes e Não Combatentes do Exército e Empregados Civis publicado por ordem do Ministério da Guerra. Volumes relativos aos anos de 1895 e 1900 a 1923. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DA GUERRA (Portugal). Lista Geral de Antiguidades dos Oficiais do Exército. 1850-1970.

MÓNICA, Maria Filomena (coord). *Dicionário biográfico parlamentar: 1834-1910*. Lisboa: Assembleia da República, 2004.

Processos Individuais de Alunos da Escola do Exército, Escola de Guerra e Escola Militar de 1906 a 1926.

VERBETES Iconográficos e Biográficos dos Deputados e Senadores da I República. Lisboa, 1911-26.

Recebido em 02/12/2011.

Aprovado em 07/03/2012.